Cursos sequenciais: Uma oportunidade para os excluídos ou o mercantilismo do ensino superior?

Associate degree courses: An opportunity for the excluded or mercantilism in university education?

Cursos secuenciales: una oportunidad para los excluidos o mercantilización de la universidad?

Até que ponto os cursos sequenciais foram projetados como uma modalidade de ensino para suprir os déficits do sistema educacional brasileiro e facilitar o acesso à universidade dos menos privilegiados ou excluídos socialmente? Em que medidas estes cursos estão atingindo a sua missão? Este trabalho procura responder estas e outras questões fundamentais do ensino superior brasileiro, sendo o resultado da união de dois esforços distintos: o desenvolvimento de um referencial teórico para embasar as argumentações pró e contras acerca dos cursos sequenciais, e a realização de uma pesquisa, do tipo "survey", cuja finalidade foi tentar descobrir como pensam, principalmente, os professores e os pesquisadores, em relação a alguns dos fatores considerados mais importantes sobre o tema.

To which extent were the associate degree courses projected as a teaching modality to supply the Brazilian education system deficits and facilitate the access to university for the under privileged or socially excluded? To which extent have these courses been accomplishing their missions? This paper seeks to answer these questions and other essential issues in Brazilian university education. It is the result of two joint efforts: the development of a theoretical reference that can support the pro and against arguments about associate degree courses, and the accomplishment of a survey-type research aimed at finding out mainly what teachers and researchers think about some of the major aspects related to the theme.

Este artículo contesta cuestiones importantes para la enseñanza en universidades brasileñas, partiendo de puntos: la base teórica con argumentos a favor y contra sobre los cursos, y una pesquisa SURVEY, cuya finalidad fue descubrir como piensan los profesionales y pesquisadores sobre los aspectos más importantes.

Palavras-chave: cursos sequenciais, cursos superiores de curta duração, cursos tecnológicos, cursos superiores.

Autores:

Prof. Saulo Barabará de Oliveira

Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor de Administração e Turismo da UNESA

E-mail: sboliver@terra.com.br

Profª. Rosa Amelita Sá Menezes da Motta

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora de Ciência da Informação da UNESA

E-mail: rasmme@yahoo.com.br

Introdução

O assombroso crescimento do número de Cursos Sequenciais (CS) no Brasil, em 269%, nos dois últimos anos, conforme indicam as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação (MEC)¹, traz à tona discussões importantes sobre os prós e contras desta nova modalidade do ensino superior brasileiro, criada em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Neste contexto, torna-se cada vez mais oportuna a abertura de um caminho para o debate franco, participativo e democrático de todos os atores envolvi-

dos com problema, isto é, as Instituições de Ensino Superior (IES), o Governo e a Sociedade, acerca de tópicos, como a "qualidade do ensino" e a eficiência, eficácia e efetividade desta modalidade de ensino em suprir necessidades, carências e déficits dos setores sociais brasileiros menos privilegiados e que são os verdadeiramente excluídos do ensino público universitário.

Breve referencial teórico

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, trata das diferentes modalidades da educação brasileira. Os CS constituem uma modalidade do ensino superior na qual o aluno, após ter concluído o ensino médio, pode ampliar seus conhecimentos ou sua qualificação profissional. Essa Lei estabeleceu, entre outras coisas, as condições básicas de funcionamento destes cursos. Existem dois tipos de CS: o de **Formação Específica**, que exige um mínimo de 1.600 horas de estudos, a serem integralizadas num prazo não menor do que 400 dias letivos, isto é, 2 anos, e o de **Complementação de Estudos**, podendo ser de menor duração, mas cuja responsabilidade pela proposta curricular, carga horária e prazo de integralização dos estudos fica a cargo da instituição de ensino que os ministrem - MEC (2002a).

Visando à pós-graduação *lato sensu* ou *strictu sensu*, os CS habilitam apenas para ao *lato sensu* e devem ser entendidos

¹ Dados do MEC, de 2002-2003.

* Trabalho apresentado no I Seminário de Direito e Cidadania do Rio de Janeiro, em agosto de 2003, na UFRJ, Atualizado e revisado em janeiro de 2006.

como uma alternativa de formação superior, destinada a quem não deseja fazer ou não precisa de um curso de graduação plena. Não conferem título equivalente ao de Bacharel, Tecnólogo ou Licenciado, que são tradicionalmente destinados aos cursos de graduação - UFRS (2002).

Os Cursos Seqüenciais de Formação Específica (CSFE) estão sujeitos a processos de autorização e reconhecimento por parte do MEC e seguem procedimentos específicos, definidos na legislação. A instituição que desejá-los oferecer deverá ter curso de graduação reconhecido no MEC, na área do conhecimento a que se vincula o CS, estando estes cursos dispensados de obedecer ao ano letivo regular, mas submetem-se às normas gerais vigentes para os cursos de graduação, tais como a verificação de frequência e de aproveitamento. Excetuam-se da exigência de autorização prévia as instituições como as universidades e os centros universitários, que gozam de prerrogativas de autonomia universitária. No entanto, estas instituições deverão requerer ao MEC reconhecimento para os CSFE que ofereçam.

Os candidatos aos CSFE devem ser portadores de Diploma do Ensino de Nível Médio e, uma vez concluídos, fazem jus a Diploma de Curso Superior. Os CSFE podem, também, ser oferecidos por instituições não universitárias, desde que devidamente autorizadas pelo INEP/MEC - MEC (2002b).

Os Cursos Seqüenciais de Complementação de Estudos (CSCE) não estão sujeitos a autorização e nem a reconhecimento pelo MEC, mas devem estar vinculados a um ou mais cursos de graduação reconhecidos que sejam ministrados por instituição de ensino superior credenciada e que incluam disciplinas afins àquelas que compõem o programa do curso seqüencial. Tais cursos estão também dispensados de obedecer ao ano letivo regular, mas submetem-se igualmente às normas gerais vigentes para os cursos de graduação da IES, tais como a verificação de frequência e de aproveitamento. A proposta curricular, a carga horária e seu prazo de integralização serão estabelecidos pela instituição que os ministrarem. Estes cursos podem ser de destinação individual ou coletiva. As IES que desejem ofertar este tipo de curso divulgarão a relação das disciplinas nas quais existe disponibilidade de vagas, e os candidatos indicarão a seqüência de disciplinas que querem cursar. A instituição aprovará ou não a proposta do candidato, em função da coerência desta, que deve configurar um campo de saber bem específico. Os requisitos para ingresso num curso deste tipo serão fixados pela instituição. Porém os CSCE com destinação coletiva podem ser criados sem prévia autorização e também não estão sujeitos a reconhecimento por parte do MEC. Devem, no entanto, estar vinculados a um ou mais cursos de graduação reconhecidos que sejam ministrados pela instituição de ensino e que incluam disciplinas afins àquelas que compõem o curso seqüencial. OS CSCE com destinação coletiva serão periodicamente submetidos à avaliação oficial, por amostragem, e os resultados da avaliação serão considerados quando da renovação do reconhecimento dos cursos de graduação a que estejam vinculados. Os candidatos aos CSCE devem ser portadores de diploma do ensino superior.

Algumas instituições do Rio de Janeiro procuram implementar os seus CS, mas cada uma a seu jeito. A Universidade Estácio de Sá os criou com o nome de Politécnico; a Uni-Carioca usou a denominação Graduação Tecnológica; a Universidade Veiga de Almeida, a de Seqüencial, e por aí vai.

Os prós e contras

Não se pode negar que dividir e conciliar os estudos com o trabalho seja uma tarefa difícil e os que aos estudantes universitários empregados resta pouca opção, além dos cursos notur-

nos. Possivelmente, uma das razões do crescimento pela procura dos CS seja exatamente o menor tempo de estudo exigido nestes cursos. Menor tempo de estudo significa também menos chance de o aluno desistir no meio do curso. Simon Schwartzman, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Ciências, diz que menos da metade dos que entram em alguma faculdade termina seus cursos e que no setor privado a deserção se aproxima, em média, dos 70% - SCHWARTZMAN (2002). Simon demonstra otimismo em relação aos CS, afirmando que a LDB foi sábia ao prever a possibilidade de abertura de espaço para milhares de pessoas que gostariam de continuar seus estudos, mas não querem ou não têm condições de seguir as carreiras superiores de quatro anos ou mais. O autor vai ainda mais longe, afirmando que o Brasil, sem uma rede de instituições de educação pós-secundária de curta duração, é uma anomalia em comparação não apenas aos países mais desenvolvidos, mas também em relação aos nossos vizinhos, como a Argentina, Chile e Peru, que abrem grandes espaços para a educação tecnológica ou vocacional. Em um sistema de educação superior de massas, prossegue Simon, para muitas pessoas que querem continuar ou retornar seus estudos (gente que trabalha, mais velha, com formação prévia mais limitada), os cursos regulares representam uma longa maratona, custosa e de resultados incertos.

O Brasil é um país da multidiversidade, de muitas facetas e problemas distintos. Por isto, é preciso o empenho na busca de soluções diferenciadas para os problemas que nos afligem. Será que a questão dos excluídos dos cursos superiores não poderia começar a ser resolvida com o aumento da oferta dos CS? O primeiro passo não poderia ser a ampliação da oportunidade de acesso ao ensino superior de forma a garantir vagas para todos que quisessem realmente estudar? Não seria dar, ao grande contingente de indivíduos excluídos, uma chance de sair da marginalidade ao aumentar a possibilidade de acesso à universidade? A duração de dois anos não poderia ser uma excelente oportunidade para os alunos que, ao terminar o CS, têm a possibilidade de estender seus estudos por um ou mais anos, uma vez que os créditos obtidos nas disciplinas cursadas podem ser computados para esta extensão?

Se as respostas a essas indagações forem afirmativas, imaginamos que tais indivíduos teriam um excelente mecanismo para ajudá-los a vencer a inércia e, depois, a vida inteira para a busca contínua do seu aperfeiçoamento. Tendo acesso aos cursos e conseguindo concluí-los, abrem-se outras oportunidades para novas conquistas. Isto é bastante razoável, porque, por melhor que seja hoje qualquer curso superior, não basta apenas concluí-lo, é preciso continuar a reciclagem e atualização, pois as rápidas mudanças sociais, políticas e culturais exigem isto.

Visto de outra forma, é preciso pensar melhor e planejar para enfrentar esse problema que tende a se agravar, se nada for feito num futuro próximo. As soluções para os problemas educacionais brasileiros virão do aproveitamento racional da cada oportunidade em particular, de vez que a questão educacional funciona como uma reação em cadeia como qualquer fator social. Como informa NISKIER (2000), membro da Academia Brasileira de Letras, estamos praticamente atingindo a universalização do ensino fundamental, com 97% de matrículas das crianças nesta faixa etária; o ensino médio explode e, em quatro anos, tivemos mais de 1,5 milhão de novas matrículas; o ensino superior, que é menos elástico, tem cerca de 2,5 milhões de estudantes. O aumento significativo nas matrículas e no número de concluintes do ensino médio, criou uma maior demanda para o nível superior. Paulo Rena-

to; Ex-Ministro da Educação, diz que o caso do Brasil é uma história de exclusões, sendo a educação uma oportunidade para a correção das desigualdades sociais, mas que, a crescente demanda para o ensino universitário, precisa ser solucionada, pois, a cada ano, o problema se agrava - SOUZA (2002).

O Brasil possui diferenças sociais marcantes em termos de riqueza e bem-estar, consequência de uma das piores distribuições de renda do planeta. Em algumas regiões, as desigualdades caracterizam um verdadeiro *apartheid* social. A educação é um ingrediente fundamental para enfrentar esse problema, auxiliando na criação de uma nova estrutura social, com melhores oportunidades para o desenvolvimento pessoal de todos os brasileiros - TAVARES (2002). Embora o número de estudantes de nível superior venha aumentando gradativamente, este aumento é menor na camada mais pobre da população (0,4%), do que na camada mais rica (3,6%), conforme mostram dados do Pnud/IBGE, de 1992 a 1999.

Muitos dos que argumentam desfavoravelmente ao menor tempo de duração dos CS centram suas observações nos cursos de graduação. CRUZ (2002), presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), é de opinião de que o Brasil não terá chance de desenvolver economicamente se não tiver IES capazes de proporcionar educação dentro de referências de excelência internacionais. O que se deve esperar de uma boa universidade é que forme cidadãos, além de bons profissionais, pois a qualidade essencial dos graduados, deve ser a flexibilidade intelectual que lhes permita aprender continuamente coisas novas durante a sua vida profissional, uma vez que a obsolescência tecnológica está em constante transformação, ao lado das constantes alterações de paradigmas filosóficos, científicos e artísticos, os quais obrigam a universidade a comprometer-se radicalmente em garantir a seus estudantes a facilidade de aprender a aprender. Num mundo em que a velocidade das transformações é quase alucinante, aprender a aprender é requisito insubstituível do cidadão, que precisa ler bem livros, revistas e jornais, inclusive como requisito para utilização crítica de outros meios de informação e educação. O objetivo disso, que não se restringe a uma área de conhecimento, é a formação de profissionais abertos às contribuições de diferentes campos do saber.

A pesquisa e os seus resultados

Para o desenvolvimento da pesquisa e descrição dos resultados, optamos pelo método conhecido por "Survey", de rigor científico e metodológico específicos, muito utilizado em pesquisas científicas na atualidade. Usa-se, geralmente, este tipo de pesquisa, para coletar dados a respeito de opiniões, atitudes e comportamento de pessoas, para posterior descrição dos dados, análise e a interpretação dos resultados. Para a coleta de dados foi elaborado um questionário contendo 23 questões inerentes ao objeto da pesquisa: os cursos sequenciais. A distribuição deste instrumento, via correio eletrônico, foi feita para 260 indivíduos. Dos questionários preenchidos e retornados, 78 (30%) foram aproveitados. Destes, 64,1% foram respondidos por professores ou pesquisadores em IES públicas ou privadas. Os demais (35,9%), foram de alunos de mestrados ou doutorados, funcionários de IES ou de empresas, ou consultores. Os participantes lecionam ou trabalham ligados à informática (48,72%), ou administração (11,54%), ou engenharia (10,26%) ou em outras áreas (29,49%). Cerca de 30%, concentram suas atividades em duas ou mais áreas. Apenas seis questões foram escolhidas para serem apresentadas neste trabalho. Quanto às

demais questões, devido à sua abrangência, poderão ser consideradas, oportunamente, num estudo mais profundo e detalhado do problema pesquisado.

Em relação à primeira questão "qual sua posição a respeito da expansão dos CS", a maioria dos pesquisados (53,85%) é favorável à expansão, mas com algumas restrições. 20,51% são plenamente favoráveis; 14,10% são favoráveis, mas com muitas restrições; 8,97% são desfavoráveis. Isto indica a aceitabilidade da expansão dos CS para a maior parte, na ordem de 74,36%, dos pesquisados. A questão seguinte procura avaliar a opinião dos pesquisados em relação ao mercado de trabalho e a profissionalização; 39,74% acham que os CS representam uma boa opção para a profissionalização de alguns setores do mercado; 16,67% e 25,64%, consideram a opção, respectivamente, excelente ou ótima; para 16,67%, a opção é razoável. Isto significa a aprovação desta modalidade como fator profissionalizante, para a maioria absoluta (82,05%) dos pesquisados. Com respeito a ser uma opção para quem esteja parado há muito tempo e quer retomar aos estudos, os resultados são os seguintes: 16,67%, 16,67% e 26,92%, respectivamente, consideram os CS uma excelente, ótima ou boa oportunidade. Mas, para um terço dos pesquisados (30,77%), esta representa uma opção somente razoável, enquanto que para 8,97%, trata-se de uma péssima escolha. O resultado indica que a maioria (60,26%) considera os CS uma opção, no mínimo boa, para o retorno aos estudos de quem se encontra parado há muito tempo. Para aqueles que trabalham e não têm tempo suficiente para frequentar um curso de quatro anos ou mais, os CS foram vistos pelos pesquisados como uma opção ótima (23,08%), ou boa (21,29%), ou ainda excelente (15,38%). Para os outros 20,51% e 19,23%, respectivamente, esta representa uma solução apenas razoável ou péssima. Este resultado indica que, para a maioria dos pesquisados (60,23%), os CS representam uma opção, no mínimo boa, para quem deseja fazer o curso superior, mas não tem tempo para enfrentar um curso mais longo. Quanto a "ser uma solução para a inclusão social para a população de mais baixa renda", os resultados apurados indicam ser uma boa (26,92%) ou excelente (19,23%) alternativa. Também para 14,10% dos pesquisados esta é uma ótima solução para este problema. No entanto, 26,96% consideram uma opção razoável, enquanto que 12,82% acham uma péssima solução. Conclui-se que, para a maioria dos pesquisados (60,23%), os CS são uma opção, no mínimo boa, para os excluídos dos estudos superiores regulares. Finalmente, a última questão, que procura analisar se o tempo de duração dos CS pode comprometer a sua qualidade, teve a seguinte avaliação na pesquisa. Para 39,74% dos pesquisados o menor tempo, em relação aos cursos regulares, pode, de alguma forma, afetar a qualidade; enquanto que 12,82% concordam, e 8,97% concordam plenamente. Mas 23,08% e 15,38% dos participantes da pesquisa, respectivamente, não concordam ou discordam plenamente disso. Este resultado indica uma tendência, mostrando que a maioria dos pesquisados (61,6%) entende que o tempo de duração dos CS pode comprometer a sua qualidade.

Conclusões

O assunto é de fato oportuno, dada a sua grande importância e possibilidade de contribuição social e merece, realmente, ser encarado como um desafio, visando a mobilizar todos os atores comprometidos na busca de melhores soluções educacionais para o País. O resultado da pesquisa, com base na opinião da maioria dos participantes com respeito às

questões investigadas, nos permite tirar algumas conclusões, sobre os cursos sequenciais, tais como: a) a sua expansão é devidamente aceita; b) esta modalidade de ensino é considerada como fator profissionalizante; c) representa uma boa opção para o retorno aos estudos daqueles que se encontram parados há muito tempo; d) significa uma boa alternativa para o curso superior, para quem não pode ou não quer enfrentar um curso de maior duração; e) representa uma boa opção para os excluídos do curso superior regular; f) o tempo de duração pode comprometer a sua qualidade. Por último, entendemos que esta discussão precisa continuar para muito além dos limites e fronteiras deste estudo e que este trabalho representa apenas uma contribuição ao estudo sobre o tema.

Referências Bibliográficas

- CRUZ, Carlos Henrique de Brito. **Quando o parâmetro é qualidade**. Folha de São Paulo, SP, 7 jan. 2002. Cad. Tendências/Debates, p. A3. MEC (2002a). **Cursos Sequenciais**. Ministério da Educação. Disponível: <http://www.mec.gov.br/sesu/cursos/sequen.shtm>. Acesso: 20 jun. 2002.
- MEC (2002b). **Formulários dos cursos sequenciais**. Ministério da Educação. Disponível: <http://www.mec.gov.br/sesu/cursos/sequen.shtm>. Acesso: 18 jun. 2002.
- NISKIER, Arnaldo. **Um abismo entre ricos e pobres**. Folha de São Paulo, SP, 27 out. 2000. Cad. Opinião, p. 7.
- SCHWARTZAN, Simon. **A expansão dos cursos sequências é benéfica ao sistema Educacional?** Folha de São Paulo, SP, 13 jul. 2002. Cad. Tendências/Debates, p. A3.
- SOUZA, Paulo Renato. **Copo meio cheio ou copo vazio**. Folha de São Paulo, SP, 11 dez. 2001. Cad. Tendências/Debates, p. A3.
- TAVARES, Hermano e CHAMBOULEYROM, Ivan. **O desafio do ensino superior no Século 21**. Cad. Temático 159 – Suplemento do Jornal da Unicamp. Disponível: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/mar2001/cad158-I.html. Acesso: 20 jun. 2002.
- UFRS. **Cursos sequenciais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível: <http://www.inf.ufrgs.br/mec/ceeinf.sequencial.html>. Acesso: 20 jun. 2002.

Artigo enviado em 12/05/2006, aceito em 11/07/2006.